O historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo (1855-1933)

Ana Luiza Marques Bastos
Cátedra Jaime Cortesão/USP

… o objeto da maior parte de seus estudos fez dele um historiador luso-brasileiro.[1]

JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO formou-se em Comércio pelo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em 1872, no ano seguinte emigrou para o Brasil, mais precisamente para o Pará, onde viveu por 27 anos. Veio, inicialmente, para trabalhar na empresa de exploração de borracha e navegação fluvial do tio, mas seu primeiro emprego foi na Livraria Tavares Cardoso, da qual tornou-se proprietário alguns anos mais tarde. Somente em 1885 assumiu os negócios da família, já casado com a prima Ana da Conceição Botelho. Nesse mesmo ano, naturalizou-se brasileiro.[2]

Ser caixeiro de livros aumentou sua cultura livresca e permitiu-lhe se aproximar dos temas históricos. No Pará, segundo o professor Falcon, dá-se a primeira fase da vida de João Lúcio de Azevedo: dividido entre as atividades comerciais e os estudos que vai publicando através de crônicas em periódicos paraenses. Esses primeiros trabalhos foram reunidos na obra *Estudos de história paraense*, publicada em 1893, posteriormente, ele organizou crônicas que havia escrito para o jornal A Província do Pará e as publicou sob o título *O livre Amazonas – vida nova*, em 1899.[3]

Embora dividido, mostrou-se bem sucedido em ambas as atividades, pois não só enriqueceu nas atividades comerciais, a ponto de poder voltar para Portugal em condições de dedicar-se exclusivamente aos estudos, quanto iniciou a série de pesquisas onde se revelam as duas questões que permeiam sua produção historiográfica: o papel dos jesuítas na colonização e a política de Pombal para a região do Grão-Pará e Maranhão.[4] A ponto de ser aceito, dois anos depois da publicação das

1 SERRÃO, J. (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Verbete AZEVEDO, João Lúcio (1855-1933). Porto: Figueirinhas, s/d, p. 264.

2 FALCON, F. C. "Prefácio". In: AZEVEDO, J. L. de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Pauloo: Alameda, 2004, p. 7.

3 *Ibidem*, p. 8.

4 *Ibidem*, p. 8.

crônicas paraenses, em 1895, como sócio correspondente do IHGB por proposta do já então amigo José Veríssimo.

Em 1900, volta para Portugal, depois de vender sua parte na empresa da família. Antes de se fixar em Lisboa, completa sua formação com alguns anos de estada em Paris.[5] Em 1901, publica *Os jesuítas no Grão-Pará*, em que apresenta a relação entre os colonos portugueses, os indígenas e os padres jesuítas durante a conquista e a colonização da região Amazônica. Estudo que veio pronto do Brasil.[6] Nesse ponto vale pensar, ainda que brevemente, a trajetória do João Lúcio imigrante português e, por decorrência, tanto a posição que tomou diante das questões propriamente portuguesas da segunda metade do século XIX e início do XX, quanto os vínculos que conservou com o Brasil através de seus estudos e de alguns amigos.

Em "A emigração portuguesa para o Brasil", Joel Serrão apresenta-nos as mudanças sofridas pelo padrão de emigração de portugueses para o Brasil ao longo do século XIX. Inicialmente, até a década de 1870, a emigração para o Brasil estava composta em geral por jovens do sexo masculino, que vinham recomendados a parentes para trabalhar no comércio. Nas palavras de Serrão: "Emigra-se na intenção de enriquecer depressa para regressar à Pátria, transformado em abastado 'brasileiro'... ...".[7] Um modelo que vai se transformar por conta das novas necessidades de mão-de-obra no Brasil, pelas inovações nos meios de transporte (transoceânico e europeu) e pelas outras nacionalidades que vieram a participar do movimento migratório para a América (destacadamente italianos e alemães).

Nas últimas décadas do século XIX, mais precisamente ao longo de 1888, quando João Lúcio já estava no Brasil há 15 anos, J. P. de Oliveira Martins apresenta-nos o panorama da emigração portuguesa para o Brasil em artigos do jornal O Repórter. O objetivo de Oliveira Martins era trazer à luz a importância e o volume de pessoas envolvidas – migrantes e "engajadores" –, e a necessidade de se discutir uma política de Estado voltada para o controle do fluxo migratório. Cita como exemplo de política migratória, o projeto de lei italiano que buscava regulamentar os serviços de emigração a partir do princípio geral de que a emigração de europeus para a América é livre. No caso português, as considerações sobre o movimento migratório de massa precisavam ter por ponto de partida a sentença que ele redige no primeiro dos artigos, intitulado "A exportação de gente para o Brasil" (24-5-1888): "o nosso mercado monetário depende absolutamente do brasileiro, porque a nossa única grande indústria é a exportação de gente para o Brasil".[8] Integra-se, assim, a emigração para o Brasil à dinâmica econômica da nação portuguesa, quer como solução para a sobrevivência de muitos, quer como meio para o enriquecimento de alguns.

Os emigrantes portugueses (para nós brasileiros imigrantes) desse "modelo tradicional" permaneciam, sobretudo, nos centros urbanos brasileiros, integrados às redes comerciais de retalho

5 SERRÃO, J. (org.). *Op. cit.*, p. 264.

6 FACON, F. C. *Op. cit.*, p. 9.

7 SERRÃO, J. "A emigração portuguesa para o Brasil", *Temas Oitocentistas I*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, p. 170.

8 MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Repórter*, vol. II. Lisboa: Guimarães, 1957, p. 30-1, 43-4, 142-3, 156-8 e 271-2.

dominadas por seus patrícios. No caso do Pará, no quadro sobre as "Entradas e saídas de portugueses em Pará e Amazonas (1862-72)", o volume de portugueses que retornaram à pátria mostra uma emigração próspera, nas tradicionais vias da "rápida abastança, alcançada mediante o 'negócio'".[9]

Tendo emigrado para o Pará em 1873, com 18 anos, para trabalhar com o tio e recém-formado em comércio, João Lúcio de Azevedo vivenciou e praticou o que Joel Serrão chamou de "modelo tradicional" de emigrante português. Fazia parte daquela "gente" exportada pela pátria, como asseverara Oliveira Martins. A exceção no modelo fica por conta da dedicação aos estudos históricos voltados para a colonização portuguesa, destacadamente, a política pombalina e a ação dos jesuítas. Assim como para as viagens que fez na década de 1890 para os Estados Unidos, o que o levou à publicação de *Nova-York (notas de um viajante)* e a análise do livro de Oliveira Lima em 1914 (de quem era próximo por conta de sua embaixada em Portugal e através do qual veio a ser amigo de Gilberto Freyre).

Do mesmo modo que o convívio no Pará influenciou os primeiros estudos, a viagem aos Estados Unidos contribuiu para a visão geral da colonização europeia da América. Não por acaso, lemos em artigo publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1922, posteriormente integrado à obra *Novas Epanáforas*,[10] a concepção de que Pombal e os jesuítas contribuíram definitivamente para o suposto "equilíbrio étnico" do "tipo brasileiro" em oposição ao que se viu ocorrer durante a colonização do norte da América. Porque, escreve João Lúcio, se

> A obra de Pombal, nesta parte, não foi estéril. Tudo o que, bom ou mau, depois dele se tem realizado, até se chegar ao equilíbrio étnico, de onde sairá o tipo brasileiro definitivo, deriva da iniciativa de 1755.[11]
>
> Os jesuítas devem ser reconhecidos como os conservadores das relíquias de uma raça, por intermédio da qual, com direitos de legítima herança, se prende o elemento peregrino, portador da civilização, aos avoengos, habitadores antigos do continente. [...] sem os jesuítas não fora possível o Brasil, como ele hoje é. Construção semelhante não intentaram nunca, por diferença de mentalidade, e por serem de religião diversa, os setentrionais estabelecidos na mesma parte do mundo.[12]

A segunda fase da vida de J. L. de Azevedo, seguindo a divisão biográfica que o prof. Falcon trouxe da introdução de Jorge Borges de Macedo à obra *Elementos para a história econômica de*

9 SERRÃO, J. "A emigração portuguesa para o Brasil", *op. cit.*, p. 184.

10 AZEVEDO, J. L. de. *Novas Epanáforas*. Lisboa: Clássica, 1932.

11 *Ibidem*, p. 62. No que diz respeito à iniciativa, ele escrevera páginas antes: "Na data em que se publicasse em Pará a constituição da Cia. de Comércio, o mesmo se faria com as leis de 6 e 7 de junho de 1755, a primeira das quais declarava livres todos os índios do Pará e Maranhão, e mandava distribuir por eles a fim de as cultivarem, as terras adjacentes às povoações onde viviam, as maiores delas erigidas em vilas; a segunda excluía da administração desses povoados os missionários que até então a tinham a cargo, e ordenava exercessem a autoridade magistrados escolhidos entre os mesmos índios" (p. 52).

12 *Ibidem*, p. 62.

Portugal: séculos XII a XVII,[13] a partir de 1900, foi definitivamente influenciada não só pelos estudos iniciados no Brasil, mas sobretudo por sua convivência com o ambiente americano. São dessa fase os estudos biográficos, nos quais desenvolveu e veio a publicar os estudos dedicados a Antônio Vieira e ao Marquês de Pombal, assim como os trabalhos voltados para o que podemos caracterizar como uma história social da cultura portuguesa, sobre a presença do sebastianismo e a contribuição dos cristãos-novos.

Ora, o retorno para Portugal foi feito por um homem enriquecido e amadurecido, pois contava 45 anos de vida e a soma monetária fruto da venda de sua parte na empresa da família. As relações de amizade com o Brasil se perpetuaram através das cartas trocadas com amigos como José Veríssimo e João Capistrano de Abreu, Manuel Oliveira Lima e Gilberto Freyre. E foi mediante a experiência americana que se conservou no interesse intelectual e nas amizades, que convém pensarmos a sua posição entre os patrícios lusitanos. Como João Lúcio se permitiu influenciar pela problemática comum acerca da decadência da cultura portuguesa, a visão da história de Portugal e a colonização do Brasil na virada do século.

Natural de Sintra, foi educado pela avó materna em Mafra, onde fez os estudos elementares. Chegou a Lisboa para o curso da Aula do Comércio, concluído em 1872, logo, João Lúcio de Azevedo vivia na cidade à época das Conferências do Casino Lisbonense (1871). Embora devamos considerar que sua formação indica a escolha de carreira técnica em atividades comerciais no nível secundário, a produção historiográfica apresenta alguns temas centrais da Geração de 1870 e seus herdeiros.

Pode-se então destacar três pontos que dizem respeito diretamente à apreensão decadentista, realista e messiânica da História de Portugal.[14] Primeiro, conforme exemplificado nas citações anteriores, a associação entre a religião e o padrão de colonização na América. Ponto no qual vale lembrar o discurso pronunciado por Antero de Quental nas Conferências Democráticas do Casino – *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*.[15]

Segundo, consoante o que a "Explicação Prévia" à *História de Antônio Vieira* salienta, a presença do sebastianismo na sociedade portuguesa dos séculos XVI e XVII, e sua importância para a obra do padre Antônio Vieira. A ressonância desse estudo sobre o sebastianismo pode ser vista no artigo que Antônio Sérgio publica na revista Águia em julho/agosto de 1917, no qual se contrasta a abordagem do sebastianismo de João Lúcio e a interpretação do tema por Oliveira Martins na obra *História de Portugal*.[16]

---

13 MACEDO, J. B. de. "Introdução". In: AZEVEDO, J. L. de. *Elementos para a história econômica de Portugal: séculos XII a XVII*. Lisboa: INAPA, 1990.

14 A denúncia da decadência, o realismo e a ânsia messiânica na historiografia portuguesa oitocentista e sua ressonância na historiografia ensaísta do século XX, foi tema do projeto de pós-doutorado que desenvolvi de 2007 a 2010 junto à Cátedra Jaime Cortesão, com financiamento Fapesp, sob o título "Oliveira Martins e o caráter dramático da história".

15 QUENTAL, A. de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio [1871], na sala do Casino Lisbonense. Lisboa: Guimarães, 2001.

16 Cf. respectivamente: SÉRGIO, A. "Interpretação não romântica do sebastianismo" (1917). *Ensaios*, tomo I, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980, p. 239 e segs.; MARTINS, J. P. de Oliveira. "Sebastianismo". In: *História de Portugal*. 22ª ed. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 275 e segs.

Terceiro, tendo em vista os estudos econômicos da terceira fase da sua vida, a tese de que as navegações do século XVI foram algo contrário à sociedade agrária surgida a partir da Reconquista Cristã, assim como a apreensão dialética de que as origens da decadência nacional devem ser investigadas na prosperidade de cada povo a partir do exame das "correntes econômicas que dominam" a sua história.

> Os estudos de que se compõe este volume obedecem ao conceito materialista [...] Para cada povo existe, como para os indivíduos, uma conta de *Deve* e *Haver*, que nos dá o quilate das suas prosperidades, e por onde, cedo, até para os maiores impérios, os pródromos da decadência se denunciam.[17]

Consuma-se assim a expectativa que vem desde Antero de Quental e J. P. de Oliveira Martins até Antônio Sérgio de redenção nacional pela cultura, mediante a identificação do destino histórico do povo português. Se João Lúcio de Azevedo objetivou, no "conceito materialista" que orienta sua obra de história econômica, "um melhor entendimento do passado" a fim de "alguma saudável lição para o futuro".[18]

Integrada à problemática decadentista estão também os estudos de história do Brasil, que sofreram forte influência de José Veríssimo, Manuel de Oliveira Lima e João Capistrano de Abreu. De início, vale lembra que o livro de Oliveira Martins – *O Brasil e as colônias portuguesas* (1ª edição em 1880)[19] – foi resenhado por Capistrano de Abreu no *Gazeta de Notícias* no ano da primeira edição. Capistrano, antes de fazer correções de ordem factual, lamentou que a inexatidão de Oliveira Martins o desabilitasse para escrever a "história externa" do Brasil. Porque entendia que o "Brasil precisa de duas histórias": a "história íntima", que devia ser escrita por um brasileiro a fim de "mostrar como aos poucos se foi [...] constituindo uma nação"; e "a história externa", "que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada [...] paulatinamente reduzida à possessão régia [...] bezerro de ouro no tempo de d. João V".[20]

Pensemos as imbricações das histórias de Portugal e do Brasil a partir de duas citações retiradas de *Novas Epanáforas*. Primeiro, no artigo sobre a política econômica de Pombal, lemos: "desde os primeiros tempos do reinado de d. José teve em conta o novo ministério o desenvolvimento econômico do Brasil, de onde provinha o mais limpo dos créditos da coroa [...] a manter copiosa a fonte das diversões régias".[21]

---

17 AZEVEDO, J. L. de. "Ao leitor" (1928). *Épocas de Portugal econômico*. 4ª ed. Lisboa: Clássica, 1988.

18 *Ibidem*.

19 MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas* (1ª ed. 1880). Lisboa: Guimarães, 1953.

20 ABREU, J. C. de. *Ensaios e Estudos*, 4ª série, org. e pref. J. H. Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1976, p. 157-8.

21 AZEVEDO, J. L. de. *Novas Epanáforas*, *op. cit.*, p. 30.

Depois, no artigo dedicado à Inquisição e aos cristãos-novos, sutilmente é observado que o século XVII foi sossegado para os cristãos-novos residentes na colônia americana, justo porque o Tribunal do Santo Ofício vivia "tempos agitados" na metrópole.[22] E para ambos os exemplos de condicionamento político e social da colônia pela metrópole, acrescenta-se uma variação que diferencia a colônia. Assim, por mais que Pombal tenha se empenhado, o sistema de frotas nunca funcionou eficientemente; e os cristãos-novos que na Europa eram acusados "de se furtarem ao trabalho da terra", no Brasil eram agricultores, porque "a lavoura, além do Atlântico, era uma exploração industrial".[23] E, afinal, também não se prestou a render o caráter agrícola original do povo português.

Ao pesquisar a história de Portugal, em parte, João Lúcio de Azevedo segue a noção de Capistrano: examinar a diferença produzida pela ação portuguesa frente ao princípio comum de toda colonização da América, qual seja, "radicar uma civilização transplantada".[24] Tendo antes de considerar, algo já avisado por Oliveira Martins: a história de Portugal ficaria incompleta se não fosse considerada a obra de colonização – "acaso o único vivo testemunho, da sua existência no mundo, da sua intervenção ativa na civilização europeia".[25] Mas isso não poderia ser feito de modo inexato e generalizado, como acusa Capistrano no livro de Oliveira Martins, e sim mediante "a crítica dos documentos", melhor ainda, segundo o "... seu predileto Ranke", como lhe escrevera Capistrano em carta de 1917.[26]

Já na apresentação do livro *História de Antônio Vieira* (1ª edição 1918-21), consolida-se a demanda revisionista da história de Portugal, pois afirma que a atualidade de sua obra está na abordagem do sebastianismo dentro do complexo de obras escritas pelo jesuíta. Vale lembrar que dois estudos relacionados com a vida de Vieira antecederam a biografia: *Os jesuítas no Grão-Pará* em 1901 e *A evolução do sebastianismo* em 1918. O mesmo acontecera quando foi de encontro à imagem depreciativa que haviam construído para o marquês de Pombal, ao classificar de "pura fantasia" as razões dadas por Camilo Castelo Branco no *Prefil do Marquês de Pombal*.[27] Para tanto usa sempre a prova documental, vai descobrindo os fatos executando a disciplina heurística tão defendida pelo amigo Capistrano. Mas, sempre atualizado, como adverte o prof. Falcon, adota formas novas para o discurso histórico, no caso das biografias de Pombal e Vieira, a narrativa.

Temos então na vivência de 27 anos no Pará, na correspondência com intelectuais e no estudo de historiadores brasileiros a resistência necessária à composição do trabalho historiográfico gestado ainda sob a órbita da disciplina hermenêutica ditada pelo decadentismo português herdado da Geração de 1870. Eis o índice do caráter luso-brasileiro da historiografia de João Lúcio de Azevedo!

---

22 *Ibidem*, p. 139.

23 *Ibidem*, p. 37 e 140

24 ABREU, J. C. de. *Ensaios e Estudos*, 4ª série, *op. cit.*, p. 309.

25 MARTINS, J. P. de Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*, *op. cit.*, p. 3.

26 ABREU, J. C. de. *Ensaios e Estudos*, 4ª série, *op. cit.*, p. 308; *Correspondência de Capistrano de Abreu*, org. e pref. J. H. Rodrigues, 2ª ed., vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília: INL, 1977, p. 51.

27 AZEVEDO, J. L. de. *Novas Epanáforas*, *op. cit.*, p. 18-9.